

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº , DE 2012 (Do Sr. Delegado Protógenes)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL 2.825, DE 2003 que acrescenta os arts. 77-A e 86-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal", e da outras providências.

Senhor presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater o PL 2.825, de 2003.

Requeiro ainda que sejam convidados (as) a participar desta Audiência Pública:

1º Mesa:

- Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – Juíza Dra. Roberta Barrouin Carvalho de Souza;
- Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Desembargador Dr. Herbert José de Almeida Carneiro;
- Tribunal de Justiça de São Paulo – Juiz Dr. Luís Geraldo Sant'ana Lanfredi;
- Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - Desembargador Diógenes Vicente Hassan Ribeiro;
- Procurador da República no Distrito Federal – Dr. José Robalinho Cavalcanti;

2º Mesa:

- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
- Ordem dos Advogados do Brasil;
- Ministério Público Federal;
- Diretor Geral do Sistema Penitenciário ;
- Cantor de Happer GOG

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei N°2.825, de 2003 em exame, de autoria do ilustre Deputado Sandro Mabel e que será relatado por mim, propõe acrescentar artigos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal – LEP, com vistas a permitir a execução por empresas privadas das atividades relativas à administração penitenciária.

As parcerias públicas privadas já vêm sendo aplicadas em penitenciárias de alguns estados brasileiros, como por exemplo, Minas Gerais, o pioneiro na questão, Pernambuco, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Distrito Federal, Goiás, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Amazonas e outros. Além de ter uma grande perspectiva de crescimento. Por isso, se mostra cada vez mais necessária uma legislação específica sobre o tema.

A complexidade do tema exige um amplo debate em conjunto com a sociedade, neste sentido é extremamente importante que seja realizada uma Audiência Pública para discutir o tema.

Sala das Sessões, em 11 de Julho de 2012.

DELEGADO PROTÓGENES
Deputado Federal – PCdoB/SP